OS GÊNEROS, OS PODERES E AS APORIAS BINÁRIAS DA E NA IDADE MÉDIA

Marcelo Pereira Lima

O gênero não é o único enfoque que se pode investigar sobre o Medievo. Mas se não possui sempre a unicidade prioritária e não ocupa o pódio na hierarquia do fazer historiográfico, ele não é algo acessório na lida de Clio. Por que estudar as diretrizes de gênero em um período aparentemente tão distante como a Idade Média? Os Estudos de Gênero não reivindicam a hegemonia absoluta, invertendo o patriarcado epistemológico, para conduzir novas formas de dominação e opressão explícitas ou ocultas baseadas nas discriminações e desigualdades. O(s) gênero(s) pode(m) constituir o tema-objeto ou o fenômeno a ser compreendido e explicado. É igualmente o ângulo usado para verter e devassar as temporalidades. Se os debates atuais em torno das epistemologias decoloniais tendem a implodir os eurocentrismos ocidentais, conectando geografias, experiências e discursos, as interseccionalidades com o que se entendia por sujeitos masculinos e femininos também têm impactado os estudos historiográficos. Isso impulsiona a colaboração nacional e internacional para uma reflexão ao mesmo tempo extra-intra-europeu, anti-androcêntrica, humanista e (auto)crítica de variados fatores sociais, cultuais, políticos etc. Essas interseccionalidades, como uma forma de não

isolar o gênero de outros marcadores sociais, são tanto políticas quanto analíticas.

Mas é no debate medular sobre a unidade e diversidade que se pode direcionar as perspectivas de gênero para se entender a Idade Média. Uma Idade Média branca, ocidental masculina necessita de (des)construção tanto quando um Medievo não-branco, euroafroasiático e feminino. Tornar a Idade Média menos branca e eurocêntrica é tão ou mais importante que torná-la mais feminina ou derivada de outras masculinidades periféricas? Por que valorizar análises sobre outros sujeitos não-patriarcais? Como as formas de viver e (de)codificar os prazeres e desejos legitimam, mantêm ou alteram as sociabilidades e as relações de poder?

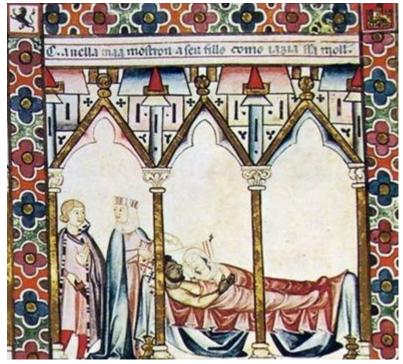


Imagem referente à cantiga 186, Cantigas de Santa Maria (Afonso X)

As sexualidades dissidentes ou consideradas transgressoras lançam luz sobre a criação e imposição de normas sociais, desvelando caminhos de resiliência e resistências inusitadas? Até que ponto os Estudos de Gênero, os Estudos Feministas, a História Social das Mulheres, a História das Masculinidades e Estudos Queer, entre outros campos afins, impactaram ou ainda precisam movimentar os temas "geológicos" e tradicionais da História Medieval? Por que é premente generificar a ascensão do(s) Cristianismos(s), a passagem da Antiguidade Tardia para a Idade Média, o Império e

LIMA, Marcelo Pereira. Os gêneros, os poderes e as aporias binárias da e na Idade Média. *Gênero e Idade Média*. In: Sacralidades Medievais (site). Disponível em: https://sacralidadesmedievais.com/textos-semanais.



Renascimento Carolíngios, a Expansão Europeia dos séculos XII e XIII, as instituições formais e informais dos ensinos medievais, as Reformas Eclesiásticas e a chamada Crise do século XIV? O gênero altera ou não os discursos ideológicos e as ações de instituições medievais, como os Direitos, os Casamentos, as Famílias, as Igrejas, as Monarquias, as Comunas etc.? Até que ponto a Igreja Cristã Medieval (no singular) pode ser cindida, pluralizada e complexificada ao se introduzir o gênero como diretrizes que edificam ou sustentam fenômenos históricos e como ângulo heurístico? E o desenvolvimento das Monarquias Medievais e o debate binário entre centralização e descentralização do poder? A aporia "concentração-centralismo político" versus "micropoderes-dispersão de poderes" pode ser repensada partir da dimensão e da ótica do gênero? De quais maneiras os arranjos domésticos, os cotidianos e as sexualidades generificadas redimensionam as formas de perscrutar o exercício do poder institucional? Ou como diria Joan W. Scott como "as instituições sociais incorporaram o gênero nos seus pressupostos e nas suas organizações"? (SCOTT, 1995: 93) As conjugalidades consideradas transgressoras (o adultério, o concubinato, a fornicação, a bigamia, o estupro e a sodomia, por exemplo) velam, revelam e desvelam as dinâmicas do micro e macropoderes na Idade Média? (LIMA, 2020)

A "tensa aporia universalismo/relativismo nos estudos de gênero", sugerida pela antropóloga Rita Laura Segato, (1997: 235-262) vale aqui como pauta interpretativa para a História Medieval. Por um lado, é urgente se problematizar o relativismo construtivista presente nos textos que apelam para a ênfase nas descontinuidades e arbitrariedades das relações entre biologia e cultura. Essa ênfase postula a construção variável, cultural e histórica do conjunto de comportamentos, da construção de identidades e subjetividades, das disposições associadas a cada gênero. Ligada a parâmetros mais filosófico-literários, normativos e pós-modernos, de matriz historiográfica anglo-saxônica, do que sociológicos, essa perspectiva ultrapassa o dimorfismo binário "macho-fêmea" e sociológico "homemmulher", e destaca o movimento das relações de gênero. As abordagens afinadas com essa tendência enfatizam consideravelmente os aspectos metodológicos e "internos" das documentações, ora fazendo extrapolações a partir dos exames das fontes, ora priorizando-as como foco das interpretações. Diferente dessa tendência, as óticas que buscam uma espécie de universalismo de gênero podem pensar a subalternidade nas relações dicotômicas entre as esferas doméstica (privada, interna) e pública (manifesta, externa), nas polarizações entre natureza/cultura, nos esquemas de prestígio e poder econômico-político do masculino frente ao feminino, nos processos de socialização diferenciados, tudo isso como parte recorrente em diversas sociedades vistas de forma quase atemporal. Em síntese, se, por um lado, a segunda tendência pode unificar disparidades e temporalidades, reiterando continuísmos, e suprimindo a diversidade do gênero, dando destaque ao que se pode chamar de "a variação do mesmo", por outro, a primeira tendência torna difícil qualquer possibilidade de síntese histórica, ou certas comparações, já que o gênero só poderia ser entendido a partir das fortes singularidades absolutas e apriorísticas das próprias marcas e propriedades das relações de gênero.

Existiu o homem e a mulher medievais, assim, no singular? Ou havia homens e mulheres de múltiplos pertencimentos, idades, vinculações étnicas, religiosas e parentais, entre muitos outros marcadores sociais? Talvez, quando se conseguir fugir dessas aporias binárias se possa compreender melhor o que sustenta determinadas formas de desigualdade sociais e políticas baseadas no gênero. Mulheres e homens, masculino(s) e feminino(s), masculinidade(s) e feminilidade(s), eis o que os Estudos de Gênero têm perseguido nas suas configurações relativas, relacionais, complexas, transversais, móveis e históricas.

LIMA, Marcelo Pereira. Os gêneros, os poderes e as aporias binárias da e na Idade Média. *Gênero e Idade Média*. In: Sacralidades Medievais (site). Disponível em: https://sacralidadesmedievais.com/textos-semanais.



Para saber mais

LIMA, Marcelo Pereira. Poderes, corpos e performances de gênero: feminilidades e masculinidades no Tratado en defensa de virtuosas mujeres de Diego de Valera. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 27, p. 1-20, 2020.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez., p. 71-99.1995.

SEGATO, Rita Laura. Os Percursos do Gênero na Antropologia e para além dela. *Sociedade e Estado* (Volume dedicado a Feminismos e Gênero), Brasília, v. XII, n. 2, p. 235-262, 1997.

LIMA, Marcelo Pereira. Os gêneros, os poderes e as aporias binárias da e na Idade Média. *Gênero e Idade Média*. In: Sacralidades Medievais (site). Disponível em: https://sacralidadesmedievais.com/textos-semanais.

